



JUNDIAÍ
PREFEITURA

GOVERNO

GUIA DE FINANÇAS

3 EDIÇÃO - 2022



INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA

OBSERVATÓRIO JUNDIAÍ

O portal (<https://observatorio.jundiai.sp.gov.br/>) apresenta uma seleção de indicadores, de diversas fontes, consolidados por plataformas de serviços, que permitem ao cidadão acompanhar os avanços das políticas públicas municipais. Os indicadores estão agrupados nas seguintes plataformas:



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

No Portal da Transparência (<https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/>), o cidadão tem acesso às informações sobre receitas, despesas, funcionalismo, dívidas, imóveis públicos e execução do Plano de Governo, entre tantos outros dados do município. O Portal atende às exigências contidas no artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), alterada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.

PUBLICAÇÕES

A Prefeitura de Jundiaí também divulga suas ações e seus indicadores de forma didática e resumida através de publicações impressas e on-line voltadas para toda a população. Esse é o caso deste Guia de Finanças (<https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/financeiro/guia-de-financas-do-municipio/>), que faz parte do Programa de Educação Fiscal.



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RISCO – RATING

A avaliação de risco mensura a qualidade de crédito de uma instituição, pública ou privada, projetando a sua expectativa de default, ou seja, de não honrar com os compromissos financeiros. No último relatório anual da Austin Rating, emitido em

maio de 2022, Jundiaí aumentou sua nota de "brAA estável", de 2020, para "brAA positiva", em 2021, estando a apenas um nível da nota máxima, que é a "brAAA":

<https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/financeiro/avaliacao-de-risco/>.

SOBRE

O GUIA DE FINANÇAS

O **Guia de Finanças** chega à sua quinta edição anual consecutiva. Nesse período, apresentou as contas da Prefeitura a toda a sociedade jundiáense e tratou de temas relevantes para se entender a administração pública, suas finanças e as ações que impactam todos os habitantes deste município. Como parte do Programa de Educação Fiscal, este Guia tem como objetivo não apenas informar e dar transparência aos atos da gestão, mas também contribuir para a formação de cidadãos mais bem informados.

Nas edições anteriores, o Guia mostrou como se desenrola o planejamento municipal por meio do ciclo orçamentário, ensinou sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, apontou as regras para uma gestão em final de mandato, explicitou os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre as receitas e despesas do município, apresentou a estrutura da gestão pública de Jundiá e suas inovações, entre outros assuntos. Nesta edição, o Guia dá destaque à sustentabilidade e à política dos resíduos sólidos de Jundiá, referência no país, além de trazer os números do exercício de 2021 para cada área da administração.

Espera-se, assim, que esta publicação continue sendo, como o próprio nome já indica, um guia para aqueles que desejam conhecer melhor o município onde vivem.

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO

Prefeitura de Jundiá

Estado de São Paulo

Unidade de Gestão de
Governos e Finanças

Programa de
Educação Fiscal

ELABORAÇÃO

Aequus Consultoria
Econômica e Sistemas

SETEMBRO/2022

SUMÁRIO

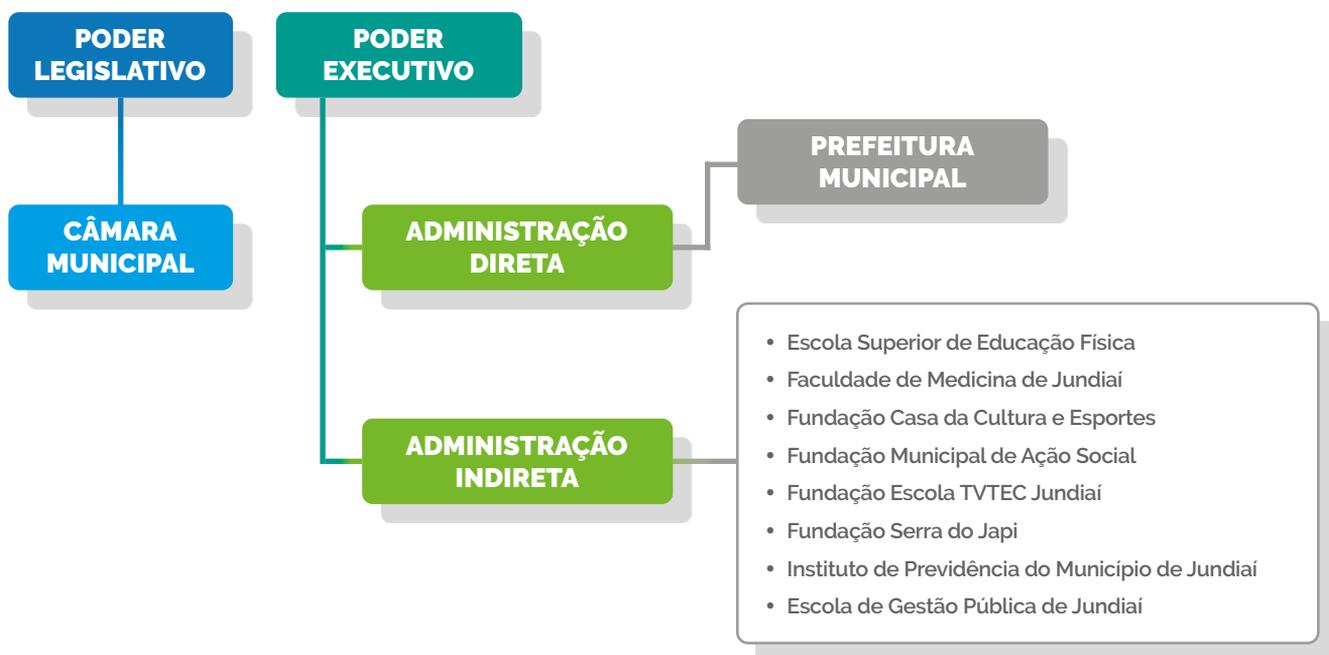
1. Estrutura da administração municipal.....	2
2. Sustentabilidade no tratamento dos resíduos sólidos.....	4
3. As receitas de Jundiá.....	7
Saiba +.....	10
4. Mapa dos equipamentos públicos disponíveis em Jundiá.....	12
5. Destinação dos recursos 2021.....	14
Saúde.....	16
Educação.....	17
Assistência social.....	18
Segurança.....	20
Conservação urbana.....	21
Esporte, lazer e cultura.....	21
Câmara Municipal.....	23
Investimentos.....	23
Pessoal.....	26
Dívida consolidada.....	27

1. ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Todo e qualquer município brasileiro, para que possa existir e funcionar, precisa de uma estrutura política e administrativa que é formada pelos poderes Executivo e Legislativo. A função do Poder Legislativo, que é exercido pela Câmara de Vereadores, é acompanhar, fiscalizar e regular os atos do Executivo, assim como propor e aprovar leis de interesse da cidade.

Ao Poder Executivo compete a prestação de serviços. Dele fazem parte a administração direta e os órgãos da administração indireta. A administração direta é a própria Prefeitura, integrada pelo gabinete do prefeito e pelas unidades de gestão. Já a indireta pode variar muito em cada município. Algumas cidades nem a possuem. Em Jundiaí, ela é formada por oito entidades, conforme mostra o infográfico abaixo. Além delas, existem duas empresas de sociedade de economia mista nas quais a Prefeitura detém a participação majoritária nas ações. São elas: a Companhia de Informática de Jundiaí S/A (Cijun) e a DAE S/A – Água e Esgoto.

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL



A partir de 2017, a Prefeitura de Jundiaí mudou o seu modelo de administração, que deixou de ter a tradicional divisão das áreas em secretarias, para trabalhar com o conceito de Plataformas de Serviços. Neste novo formato, as unidades de gestão, bem como as entidades da administração indireta, são agrupadas por eixo de atuação. O objetivo da inovação é o de garantir uma melhor integração e gerenciamento das políticas públicas em cada um dos grandes eixos. Veja, no quadro a seguir, como são as Plataformas. Cada uma delas agrega as unidades de gestão, departamentos, coordenadorias, fundações, empresas e demais entidades afins.

PARA SABER MAIS SOBRE AS PLATAFORMAS DE SERVIÇOS, CONSULTE O SITE DA PREFEITURA:

<https://jundiai.sp.gov.br/governo/>

PREFEITURA

- *Prefeito*
- *Vice-prefeito*
- *Conselhos*

SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

- *Esporte e lazer*
- *Promoção da Saúde*
- *Escola Superior de Educação Física (Esef)*
- *Faculdade de Medicina de Jundiaí (FMJ)*

EDUCAÇÃO E CULTURA

- *Cultura*
- *Educação*

GOVERNANÇA, FINANÇAS E TRANSPARÊNCIA

- *Administração e Gestão de Pessoas*
- *Casa Civil*
- *Governo e Finanças*
- *Inovação e Relação com o Cidadão*
- *Negócios Jurídicos e Cidadania*
- *Companhia de Informática de Jundiaí (Cijun)*
- *Escola de Gestão Pública (EGP)*
- *Instituto de Previdência do Município (Iprejun)*
- *Procon*
- *Fundação Escola TVTEC Jundiaí (FTVTEC)*
- *Controladoria Geral do Município*
- *Defesa Civil*
- *Gabinete de Gestão Integrada Municipal*
- *Ouvidoria*

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- *Infraestrutura e Serviços Públicos*
- *Planejamento Urbano e Meio Ambiente*
- *Mobilidade e Transporte*
- *Fundação Serra do Japi*
- *Departamento do Bem-Estar Animal*
- *Dae S/A*

INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- *Assistência e Desenvolvimento Social*
- *Fumas*
- *Fundo Social de Solidariedade*

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TECNOLOGIA E EMPREGO

- *Agronegócio, Abastecimento e Turismo*
- *Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia*

SEGURANÇA MUNICIPAL E PROTEÇÃO AO CIDADÃO

- *Segurança Municipal*
- *Guarda Municipal*

2.

SUSTENTABILIDADE

NO TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

A geração de lixo e de resíduos sólidos cresce à medida que a população, a produção e o consumo aumentam. Cabe à administração pública lidar com a destinação e o tratamento dos resíduos gerados no seu território.

A partir de 2004, o Ministério do Meio Ambiente concentrou esforços na elaboração de uma proposta para a criação de diretrizes gerais aplicáveis aos resíduos sólidos no país para, assim, instituir uma Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Entretanto, foi só no fim daquela década, mais precisamente em agosto de 2010, que o Governo Federal, por meio da Lei nº 12.305, de 2 de agosto, instituiu a política. A Lei sancionada incorporou conceitos modernos de gestão de resíduos sólidos e trouxe novas ferramentas à legislação ambiental brasileira. Mas a regulamentação do PNRS só veio a acontecer recentemente, por meio do Decreto Federal nº 11.043, em abril de 2022, que estabeleceu as diretrizes, responsabilidades, princípios e objetivos para guiar os entes na gestão dos diferentes resíduos.

Muito antes do PNRS, a Prefeitura de Jundiaí já se preocupava com o gerenciamento de seus resíduos. Uma de suas primeiras ações aconteceu em 1994, com a implantação do Cata-Treco, um serviço de coleta de materiais volumosos inservíveis para atender a população que não dispunha de local adequado para descartá-los.

Em abril de 2002, foi inaugurado o Centro de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, o Geresol, inicialmente como um local para a destinação e tratamento dos resíduos sólidos, abrangendo o entulho coletado pela operação Cata-Treco. Em 2010, a estrutura passa a reciclar os resíduos sólidos da construção civil e, em 2013, inicia-se o beneficiamento desse material, produzindo areia, pedras e asfalto ecológico utilizados na pavimentação de ruas e estradas, na construção de praças e em outras obras e equipamentos para a cidade. O Geresol abriga também a estação de transbordo de lixo orgânico, uma área destinada aos resíduos inertes, um lago com peixes e um picador de resíduos verdes, que, por meio de lei, são doados para os agricultores usarem na preparação do solo.

A gestão dos resíduos da construção civil de Jundiaí, que tem gerado uma enorme economia e redução dos impactos sobre o meio ambiente, acabou tornando-se referência nacional no assunto destinação e tratamento de resíduos sólidos de forma sustentável. Outros municípios utilizam-no como modelo para suas políticas no tema e, no meio acadêmico, foram publicados vários estudos de caso sobre essa operação como exemplo de sucesso e eficiência.

Além do Geresol, Jundiaí mantém várias outras políticas de gestão ambiental sustentável e limpeza pública, cujos resultados vêm sendo muito benéficos à sua população. Uma delas



GERESOL



GERESOL



PROJETO GERESOL DE PORTAS ABERTAS



ECOPONTO VILA NAMBI



PROJETO GERESOL DE PORTAS ABERTAS

é a participação de Jundiaí, desde 2008, no Programa Município Verde e Azul (PMVA), uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo com o objetivo de promover mais transparência e modernizar a sustentabilidade ambiental. O Programa mede e apoia a eficiência da gestão ambiental nos municípios, estimulando e auxiliando as prefeituras paulistas na elaboração e execução de suas políticas estratégicas para o desenvolvimento sustentável. Dentre elas, vale destacar o enfoque na educação ambiental, de extrema importância para reeducar a população e promover o senso crítico e a preocupação com o meio ambiente.

Em 2018, foi criado o Projeto Geresol de Portas Abertas com o objetivo de conscientizar e sensibilizar as pessoas sobre a importância da destinação correta dos resíduos, bem como promover a reflexão sobre o consumo consciente. Entre suas atividades, estão vivências que compreendem um bate-papo com os visitantes, na sala de educação ambiental, e um tour pelas estações de transbordo, no Armazém da Natureza e na Usina do Saber. O Projeto recebe alunos de escolas municipais, estaduais, privadas, escolas técnicas, universidades e grupos de pessoas que tenham interesse no assunto. Também são realizadas palestras em escolas e em outras instituições que as solicitem.

Destacam-se ainda as campanhas de conscientização, a ampliação da reciclagem e a expansão dos chamados Ecopontos em locais estratégicos para a entrega voluntária de pequenos volumes de entulho (até 1 m³), grandes objetos (móveis, restos de poda de árvores, e outros) e resíduos recicláveis. O trabalho de coleta seletiva acontece durante o ano todo, mas, anualmente, é realizada uma grande operação que estimula a população a organizar e limpar suas residências, evitando-se assim a proliferação da dengue e outros problemas relativos a lixo e entulhos. Na campanha de 2021, foram recolhidas 45 toneladas. Vale lembrar que, durante as campanhas de coleta de materiais com o caminhão do Cata-Treco, a Prefeitura conta com a parceria da TVTEM, desde 2017.

A maior parte das ações relativas à limpeza pública e gestão de resíduos sólidos está no âmbito do Programa Cidade Limpa. Somente para as ações de limpeza pública, que incluem a coleta e transporte de lixo domiciliar, seletivo e resíduos de saúde, varrição de ruas e logradouros públicos, foram destinados mais de R\$ 106 milhões, em 2021. As operações de manejo de resíduos sólidos consumiram R\$ 53 milhões, e R\$ 5 milhões foram utilizados para custear a manutenção e conservação de praças, parques e jardins.

3. AS RECEITAS DE JUNDIAÍ

A receita total de Jundiaí, somados os recursos da Prefeitura¹ e dos órgãos da administração indireta, foi de R\$ 2,9 bilhões, valor que superou em 21,2% o do ano anterior.

Em 2020, a receita total de R\$ 2,39 bilhões havia registrado uma queda de 1,9%, mesmo com os auxílios financeiros recebidos da União e do Governo do Estado para enfrentamento da pandemia da Covid-19. Houve perdas em diversas fontes de recursos, como na arrecadação do ISS, o principal tributo próprio do município, e na quota-parte do ICMS, a maior transferência que Jundiaí recebe regularmente. As consequências negativas do ano pandêmico sobre as receitas e as despesas do município, assim como as medidas adotadas para o seu enfrentamento, estão bem detalhadas e podem ser consultadas na edição anterior deste Guia de Finanças.²

O bom resultado de 2021, mesmo com a pandemia ainda em curso, decorreu da recuperação da atividade econômica no país, especialmente a partir do segundo semestre, que alavancou a arrecadação de impostos dos três níveis de governo, ou seja, União, estados e municípios.

A Prefeitura conta com inúmeras fontes de receita. Porém, as principais são os tributos que arrecada diretamente, composta pelo ISS, IPTU,

ITBI, as taxas municipais e as transferências que recebe dos demais níveis de governo, sendo a mais importante a proveniente na arrecadação estadual do ICMS.

Foi exatamente a quota-parte do ICMS, a maior fonte de recurso do município, que mais contribuiu para o bom desempenho da receita em 2021. Responsável por quase um terço (31%) de toda a receita de 2021, Jundiaí recebeu R\$ 887,5 milhões de ICMS do Governo Estadual, R\$ 196,7 milhões a mais do que no anterior. Além da retomada da economia, essa excelente performance foi reflexo da alta dos preços da energia elétrica e dos combustíveis, fatores que alavancaram a arrecadação estadual do imposto.

Os tributos recolhidos diretamente pela Prefeitura também apresentaram um bom desempenho, com crescimento nominal de 19,7% em relação a 2020. Cabe destacar o resultado do ITBI, imposto sobre as transações imobiliárias, cujo aumento foi de 70%, passando de R\$ 70,7 milhões, em 2020, para R\$ 120,2 milhões, em 2021, seu maior valor histórico. Dessa forma, o ITBI adicionou aos cofres municipais a quantia de R\$ 49,5 milhões, em razão do aquecimento do mercado imobiliário, favorecido pelos baixos juros para financiamentos de imóveis.

¹ Já consideradas as deduções do Fundeb.

² <https://jundiai.sp.gov.br/guia-de-financas-2021/>

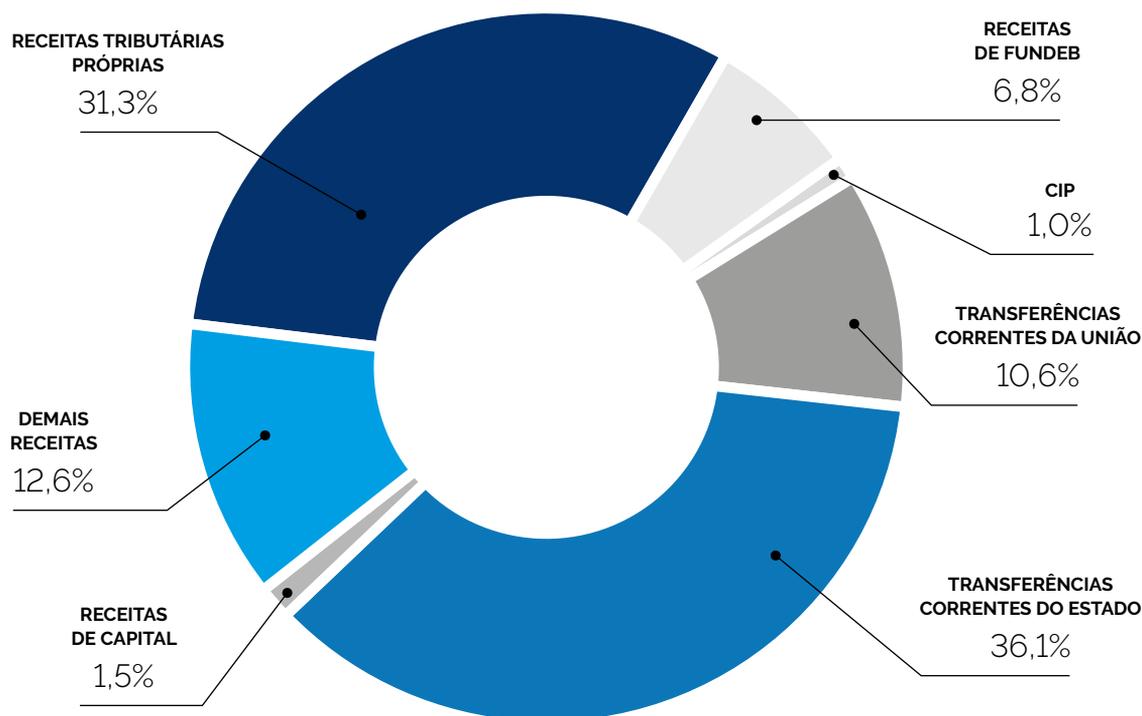
A arrecadação do ISS, o imposto sobre serviços, também registrou um ótimo comportamento. O tributo, que correspondeu a 11,3% da receita total do município, cresceu 20,4% e atingiu a cifra de R\$ 328,1 milhões em 2021, o que significou um adicional de R\$ 55,7 milhões em relação ao ingresso do ano anterior. A receita da dívida ativa, que se refere aos pagamentos de débitos dos contribuintes para com a Prefeitura, também voltou a avançar, com alta de 43%, acrescentando R\$ 16,6 milhões no mesmo período.

Outras transferências de menor monta que o município recebe do Governo Estadual também subiram em 2021. Já as que provêm da União registraram recuo de 13,1%, uma vez que

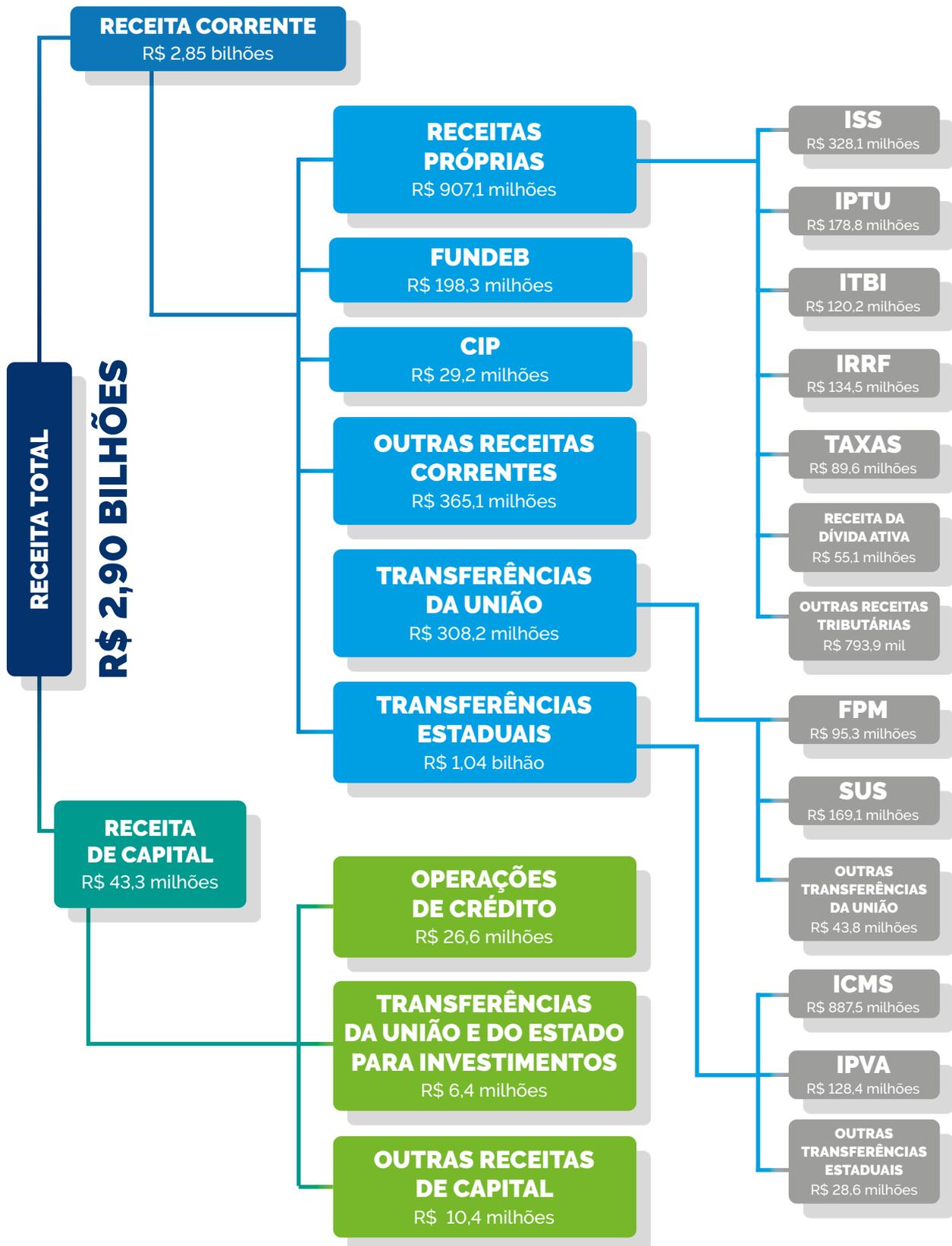
estavam infladas em 2020 por conta dos auxílios financeiros extraordinários recebidos para o combate à disseminação do novo coronavírus.

As receitas de capital foram de R\$ 26,6 milhões e representaram 1,5% da receita total, em 2021. Na sua maior parte são recursos de operações de crédito que chegam ao município quando os financiamentos são efetivados com as instituições financeiras para a realização de investimentos já planejados (veja mais sobre os investimentos em Jundiá na página 23). A quase totalidade das entradas por essa via teve origem na operação com a Caixa Econômica Federal, como parte do programa de Financiamento à Infraestrutura e Saneamento (Finisa).

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE JUNDIAÍ - 2021



PRINCIPAIS RECEITAS DE JUNDIAÍ - 2021



SAIBA

PRINCIPAIS RECEITAS PRÓPRIAS

ISS

O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) incide sobre a prestação de serviços por empresas ou profissionais autônomos, e seu fato gerador são os serviços listados na Lei Federal Complementar nº 116/2003.

IPTU

O fato gerador do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) são a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel. O contribuinte é o proprietário do imóvel. Sua base de cálculo é o valor venal do imóvel, sobre o qual recai uma alíquota definida em nível municipal. Em Jundiá, as alíquotas são de 2% sobre o valor venal do terreno sem edificação e de 1,5% sobre o valor venal do imóvel edificado.

ITBI

O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI) tem como fato gerador a transmissão de bens imóveis, e a base de cálculo do tributo é o valor venal do bem. Em Jundiá, a alíquota do ITBI é de 2,5% sobre o valor venal do imóvel ou sobre o valor da transação; o que for maior.

IRRF

O Imposto sobre a Renda é um tributo federal. No entanto, a parcela cobrada sobre todo

rendimento pago pelas prefeituras, como salários, aposentadorias e pensões, é retida e contabilizada como receita do município, ou seja, não é repassada à União.

Taxas municipais

As taxas são tributos com destinação vinculada ao custeio de determinadas atividades realizadas pelo governo. Elas se dividem em dois grupos. O primeiro é composto pelas taxas de prestação de serviços, como a Taxa de Limpeza Pública, cujas receitas destinam-se ao custeio de serviços públicos. O segundo é formado por taxas pelo exercício do poder de polícia, recolhidas para custear as atividades de controle, fiscalização, vistoria, inspeção ou concessão de licença.

CIP

A Contribuição de Iluminação Pública (CIP) é cobrada com a conta de energia elétrica, e sua receita só pode ser aplicada para custear o serviço de iluminação pública.

Receita da dívida ativa

É formada por um conjunto de débitos constituídos por pessoas físicas e jurídicas para com o poder público, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento. Portanto, a receita da dívida ativa corresponde ao recebimento desses créditos que os governos de têm contra terceiros.

PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO

ICMS

A arrecadação do ICMS é de competência estadual. Segundo a Constituição Federal, os estados devem repassar 25% do recolhimento desse imposto aos seus municípios.

Para dividir a quota do ICMS entre as cidades, são utilizados os Índices de Participação dos Municípios (IPMs), calculados anualmente. De acordo com o artigo 158, parágrafo único, da Constituição Federal, modificado pela Emenda Constitucional nº 108/2020, no mínimo 65% devem ser distribuídos segundo o valor adicionado de cada município e até 35% conforme critérios próprios adotados em cada Estado. Desses 35%, no mínimo 10% precisam ser repassados segundo indicadores de educação.

IPVA

A arrecadação do IPVA também é de competência dos governos estaduais. Do total recolhido desse imposto, 50% ficam com o Estado, e a outra metade é repassada ao município onde o veículo foi licenciado.

PRINCIPAIS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

FPM

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é formado por 24,5% da receita do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A cada 10 dias faz-se um crédito do FPM para os municípios de todo o Brasil, com base em critérios definidos em legislação.

SUS (União e estados)

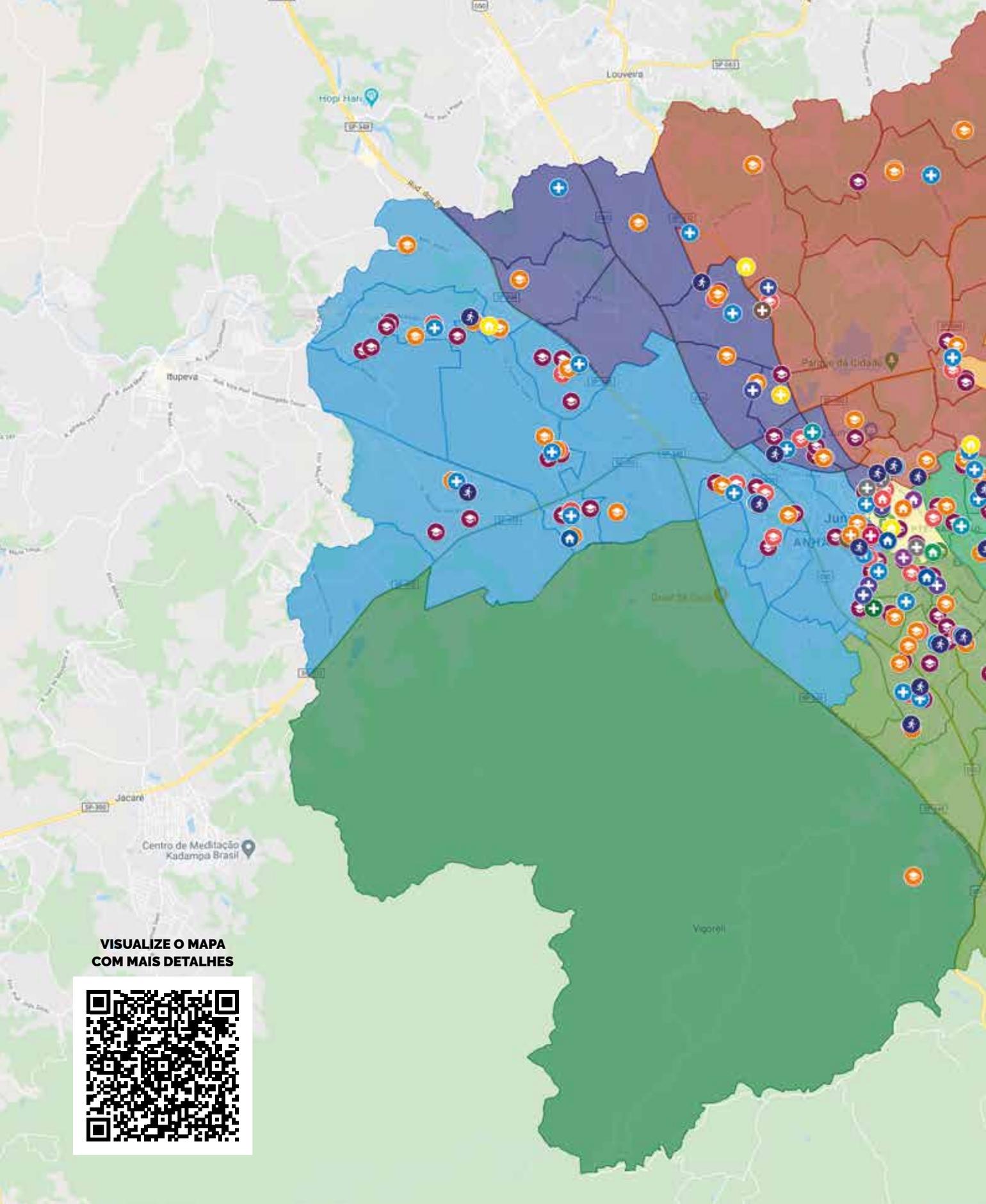
O Sistema Único de Saúde (SUS) adota um modelo tripartite, com financiamento e integração das ações dos três níveis de governo. As cidades devem aplicar, no mínimo, 15% da receita de IPTU, ITBI, ISS e IRRF e dos valores integrais das transferências do FPM, ICMS, IPVA, ITR, IPI-Exportação e da compensação pela desoneração das exportações (LC nº 87/1986). Além disso, recebem recursos complementares da União e dos estados através do Fundo Nacional de Saúde ou de transferências voluntárias.

SUAS

O Sistema Único da Assistência Social (Suas) tem sua gestão e financiamento compartilhados entre os três níveis de governo. Porém, não conta com um percentual mínimo de recursos a serem aplicados obrigatoriamente na área. Os municípios recebem recursos regulares da União e dos estados através do Fundo Nacional da Assistência Social.

Fundeb

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é formado por 20% da receita estadual e municipal do ICMS, do IPVA, do IPI-Exportação, da compensação pela desoneração do ICMS das exportações (LC nº 87/1996), do ITCD, do ITR, do FPM e do FPE. O Fundo é de âmbito estadual, e cada município tem uma participação de acordo com o número de alunos matriculados em sua rede de ensino. A União contribui com recursos complementares.



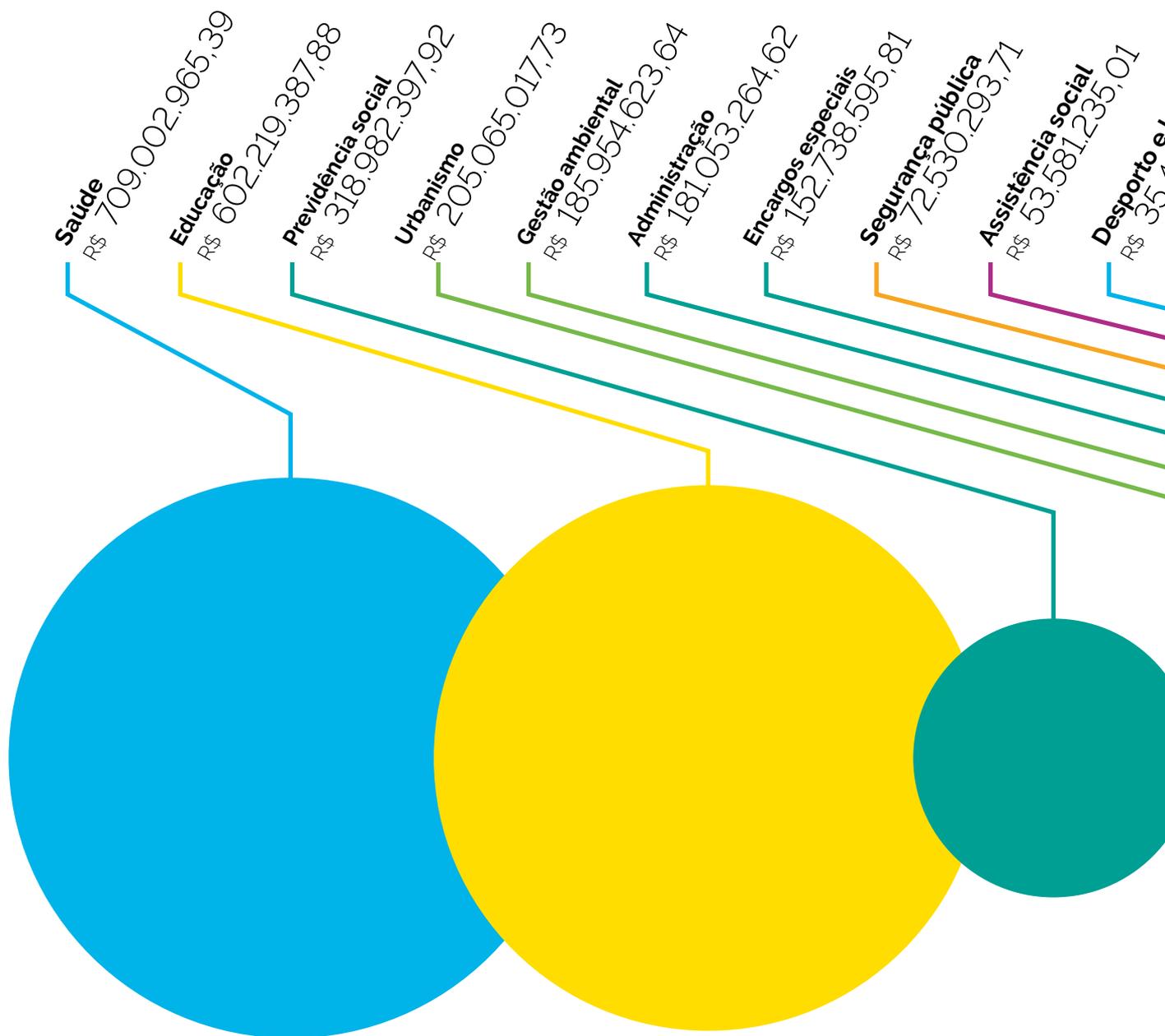
**VISUALIZE O MAPA
COM MAIS DETALHES**



4. MAPA DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DISPONÍVEIS EM JUNDIAÍ

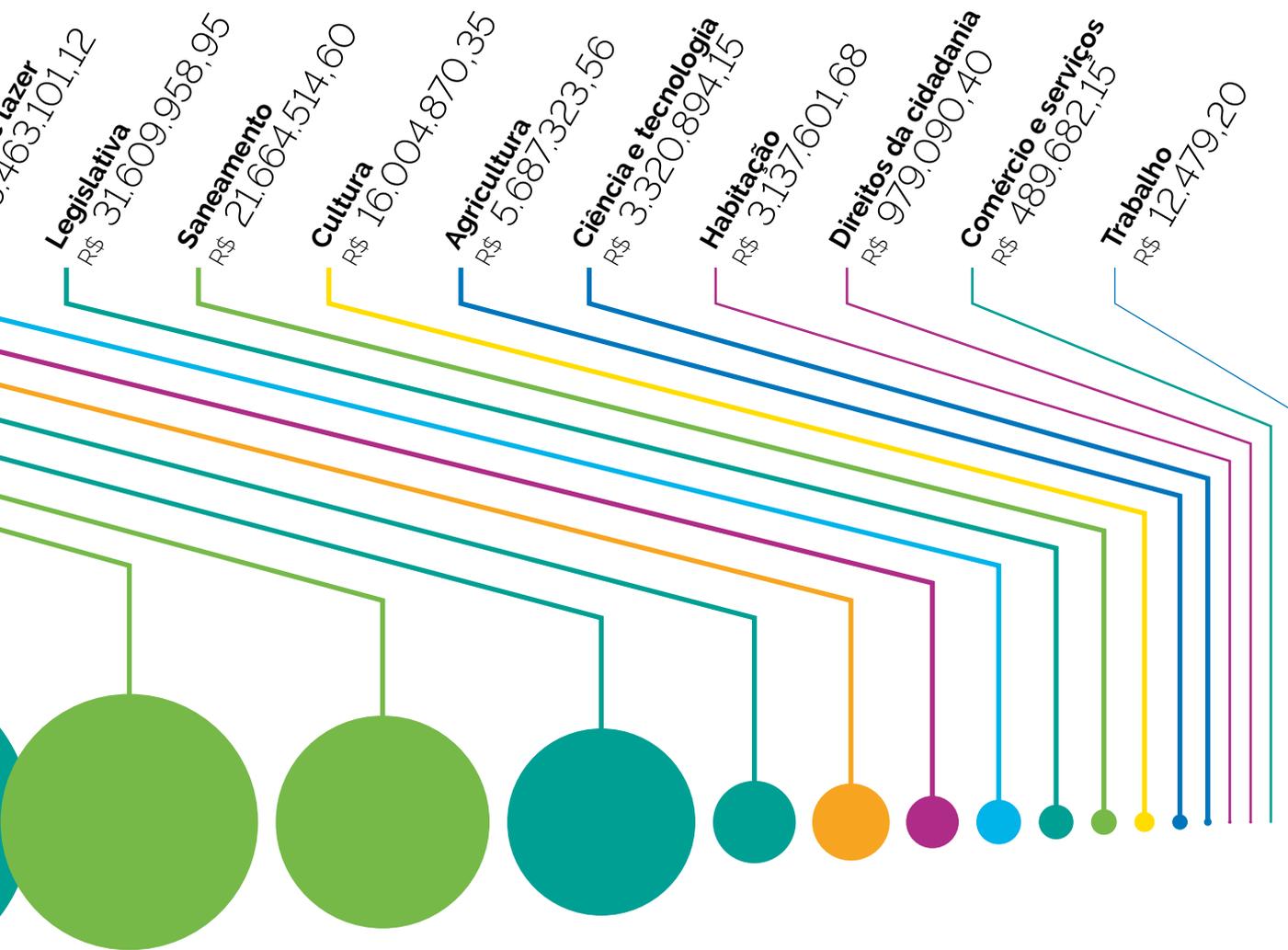


5. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 2021



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) 6º bimestre 2021 - valores consolidados

- PLATAFORMAS**
- Governo, Finanças e Transparência
 - Desenvolvimento Sustentável
 - Educação e Cultura
 - Segurança Municipal e Proteção do Cidadão
 - Inclusão e Desenvolvimento Social
 - Saúde e Qualidade de Vida
 - Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Emprego



Total
R\$ 2.599.497.297,87

SAÚDE

Em 2021, o gasto com saúde chegou a **R\$ 709 milhões**, valor 15,5% acima daquele registrado em 2020, mesmo com a redução substancial dos recursos enviados pela União e pelo Estado para o enfrentamento à Covid-19. Foram recebidos R\$ 37 milhões, sendo R\$ 29,5 milhões da União e R\$ 7,6 milhões do Governo do Estado. A maior parte desses recursos foi empregada no custeio de leitos hospitalares em Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs).

Nota-se que em 2021 houve um aumento no número de atendimentos em todos os níveis quando comparado a 2020, ou seja, na atenção básica (+19,3%), na atenção especializada (+16,5%) e nos atendimentos de urgência e emergência (+25,8%). Durante 2020, os diversos tipos de atendimento foram reduzidos por conta do necessário isolamento social e da concentração no tratamento dos casos de Covid-19. Porém, em 2021, houve uma retomada dos atendimentos, o que elevou o gasto municipal em saúde. Dessa forma, a área continua sendo a função de governo que mais consome recursos

públicos em Jundiá, representando 27% da despesa total em 2021.

A saúde municipal é realizada através do Sistema Único de Saúde (SUS) e conta com recursos próprios da Prefeitura e com transferências recebidas dos governos Federal e Estadual. Do total do dispêndio na área em Jundiá, o governo municipal arcou com 74,6%, enquanto a União e o Governo do Estado financiaram, juntos, 25,4%, sendo a maior parte proveniente do Governo Federal.

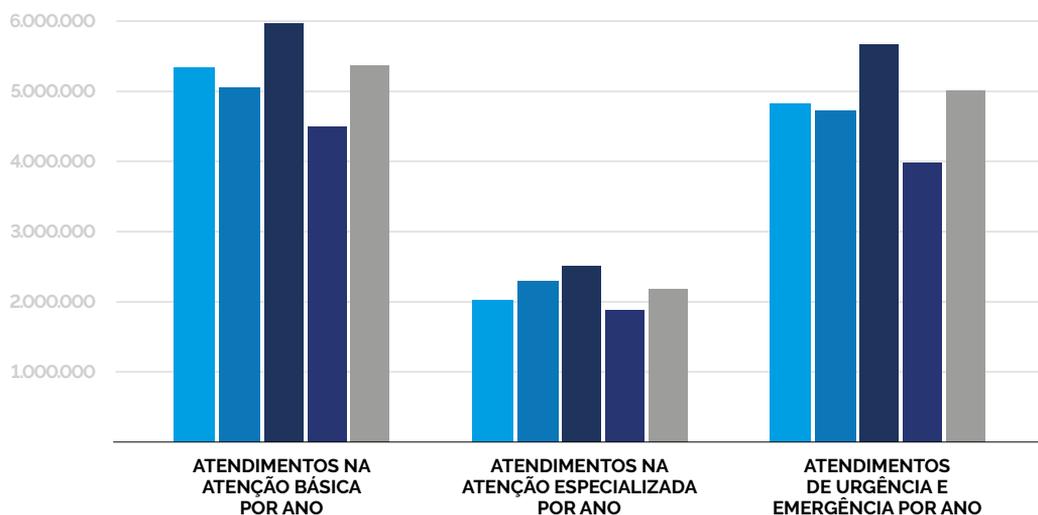
De acordo com a Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 29/2000), os municípios brasileiros devem destinar para as despesas com saúde um mínimo de 15% de suas receitas de impostos, incluídas as transferências que recebem e que têm origem em impostos estaduais ou federais. Jundiá tem injetado um percentual muito acima do mínimo exigido, índice que em 2021 alcançou 26,8%, o que corresponde a cerca de R\$ 227 milhões acima do piso. Em média, o conjunto dos municípios brasileiros aplicou a parcela de 22,9%.



QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS



- 2017
- 2018
- 2019
- 2020
- 2021





QUANTIDADE DE EXAMES REALIZADOS NO ANO **1.972.127**

Taxa de mortalidade infantil¹ **8,48**

¹ Para cada mil nascidos vivos.

	ATENDIMENTOS	CIRURGIAS
HOSPITAL DE CARIDADE SÃO VICENTE DE PAULO ²	121.225	5.326
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ³	74.024	3.493

² Convênio nº 033/2014. ³ Convênio nº 009/2016.

EDUCAÇÃO

A educação é a segunda maior área de aplicação de recursos em Jundiá, ficando atrás apenas da saúde. Em 2021, foram aplicados **R\$ 602,2 milhões**, valor que superou em 17,7% o do ano anterior e representou 23,2% de todo o gasto municipal.

A educação detém a maior estrutura física e de profissionais, com 109 escolas e creches e 57 escolas contratadas. Conta com 2.014 professores e 801 educadores infantis que juntos representam 37% do total de servidores municipais. Durante 2021, foram servidas cerca de 2,7 milhões de refeições aos estudantes.

Além das unidades administradas diretamente pela Prefeitura, algumas instituições da administração indireta fazem parte da educação municipal. São elas: a Escola Superior de Educação Física, a Faculdade de Medicina de Jundiá, a Fundação TVTEC Jundiá e a Escola de Gestão Pública.

De 2020 para 2021, ocorreu uma redução no número total de alunos na rede municipal de

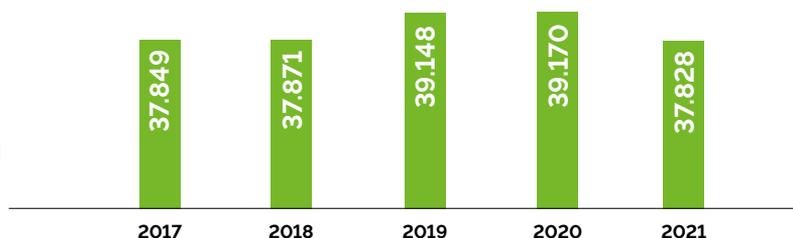
ensino, que passou de 39.170 para 37.828 (isto é, menos 1.342 alunos). Essa redução nas escolas municipais, inclusive nas creches, foi ocasionada pela crise sanitária da Covid-19. Para se evitar a disseminação do novo coronavírus, foi necessário suspender as aulas presenciais durante quase todo o ano de 2020, o que afastou alguns alunos da escola, apesar das estratégias de estímulo, de busca ativa e de minimização dos impactos da pandemia sobre o ensino adotadas pela Unidade de Gestão de Educação. Entre essas ações, é importante citar o ensino híbrido e o despareamento, que se utilizaram de aulas presenciais ou remotas, individuais ou em grupo e espaços diferenciados como o pátio das escolas, os centros esportivos, as praças e parques da cidade. Também foram realizados os programas Currículo em Foco e Estudo é Tudo para a recuperação da aprendizagem dos estudantes, assim como investimentos em tecnologias e em formação para educadores, principalmente em educação socioemocional.

Em 2021, entre fevereiro e outubro, as aulas presenciais eram facultativas e obedeceram ao protocolo sanitário que previa o revezamento entre os alunos para que se garantisse o distanciamento entre eles. Para os estudantes que permaneceram em casa, foram oferecidas aulas on-line e/ou cadernos de atividades. A partir de outubro, restabeleceu-se a obrigatoriedade das aulas presenciais.

Assim como na saúde, o município também deve aplicar um percentual mínimo de suas receitas na educação. A Constituição Federal, no seu artigo 212, estabelece que 25% das receitas de impostos e transferências constitucionais que têm origem em impostos devem ser destinados à educação nos municípios. Jundiáí aplicou 25,8% em 2021.



QUANTIDADE TOTAL DE ALUNOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO



QUANTIDADE DE REFEIÇÕES SERVIDAS (MERENDA)
2.683.274
ANO

109
ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS

1.897
ALUNOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

28.322
ALUNOS EM PRÉ-ESCOLA E ENSINO FUNDAMENTAL

4.074
ALUNOS EM CRECHES MUNICIPAIS

57
ESCOLAS CONTRATADAS

3.535
ALUNOS EM ESCOLAS CONTRATADAS

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Em 2021, o município de Jundiáí aplicou **R\$ 53,6 milhões** em assistência social, valor 3,5% acima do efetuado no ano anterior, de R\$ 51,7 milhões. O montante superou todos os anos anteriores, inclusive 2020, exercício no qual o município contou com o apoio financeiro da União e do Estado para o enfrentamento da crise sanitária da Covid-19.

A manutenção dos elevados níveis de recursos na área se fez necessária porque a demanda por

serviços sociais continuou crescendo. Conforme mostra o gráfico na página seguinte, o número de atendimentos realizados em toda a estrutura da assistência social municipal, que já havia subido 61% entre 2019 e 2020, teve mais uma alta, de 23%, em 2021. Portanto, comparando-se 2021 com o ano pré-pandemia, os atendimentos quase dobraram (+97%).

Entre as ações realizadas, em 2021, destacaram-se aquelas executadas para garantir a suplementação

da renda e a distribuição de cestas básicas para famílias vulneráveis prejudicadas pelo cenário posto pela pandemia.

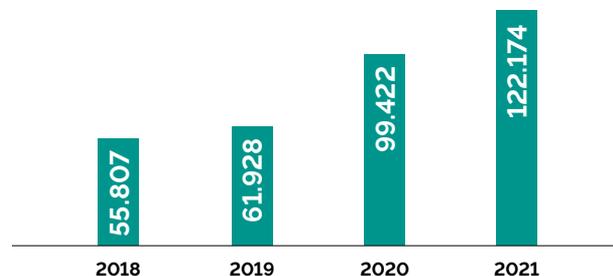
O Benefício Social Emergencial (BSE), criado em 2021, é um programa que, através de critérios preestabelecidos pela Lei Municipal nº 9.613, de 10 de agosto, assegurou renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza³. O BSE teve a duração de seis meses e contou com o investimento de R\$ 1 milhão, impactando diretamente a vida de seus 892 beneficiários. Ao mesmo tempo, a Prefeitura atuou na promoção da autonomia dos cidadãos através de sua preparação para a inclusão produtiva no mercado de trabalho.

O estado emergencial e a acelerada queda nos empregos e na renda da população ocasionaram um grande aumento na demanda por cestas básicas. A Unidade de Gestão de Assistência e Desenvolvimento Social (UGADS), então, articulou-se com 16 instituições parceiras e com redes sociais territoriais para identificar as famílias necessitadas e auxiliar na distribuição, em 2021, de mais de 38 mil cestas básicas e 2.325 cestas verdes oferecidas pelo

Banco de Alimentos, para prover segurança alimentar e nutricional à população mais vulnerável.

A assistência social é exercida no município por meio da plataforma de Inclusão e Desenvolvimento Social, que é articulada pela UGADS. Também fazem parte da plataforma a Fundação Municipal de Ação Social (Fumas) e o Fundo Social de Solidariedade de Jundiá (Funss). A infraestrutura da área é composta por seis Centros de Referência de Assistência Social (Cras), um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), um Centro de Referência do Idoso (Criju), um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e uma Casa de Passagem.

QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS NA ASSISTÊNCIA SOCIAL



CASA DE PASSAGEM

Em dezembro de 2021 foi inaugurada a nova Casa de Passagem na rua Aristeu Dagnoni, na vila Argos, cuja função é acolher, de modo emergencial, pessoas em situação de rua. Foi um investimento de R\$ 2,1 milhões, composto de cozinha, refeitório, espaço de convivência, lavanderia, sala para atendimento técnico, para oficinas e terapias. O prédio

conta ainda com dormitórios masculino, feminino e para famílias, banheiros adaptados para pessoas com deficiência e um canil para os animais de estimação dos acolhidos. A nova Casa de Passagem substitui a do antigo endereço, na rua Prudente de Moraes, visando ampliar o cuidado e a dignidade das pessoas mais vulneráveis.

³ Os benefícios foram regulamentados pelos decretos nºs 30.393, 30.394 e 30.395, de 17 de setembro de 2021.

SEGURANÇA

A segurança municipal em Jundiá é planejada e coordenada pela **Unidade de Gestão de Segurança Municipal**. A Guarda Municipal faz parte desta unidade e compete a ela o policiamento comunitário das ruas e a preservação do patrimônio público. Para isso conta, atualmente, com um efetivo de 351 homens e mulheres e uma frota de 76 viaturas, tendo realizado quase 13.772 atendimentos, em 2021. A Guarda Municipal também opera um sistema de videomonitoramento constituído por 224 câmeras distribuídas por todo o município e que fazem a vigilância 24 horas.

A segurança pública é função dos governos estaduais, conforme prevê a Constituição Federal no seu artigo 144. No entanto, nas últimas décadas muitas cidades brasileiras constituíram suas guardas municipais e investiram em tecnologias de vigilância. Em 2021, a Prefeitura de Jundiá aplicou **R\$ 72,5 milhões** na segurança, valor 17,5% acima do realizado no ano anterior e que correspondeu a 2,8% da despesa total município.

De acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes de Jundiá foi de 4,2, em 2021, enquanto a média dos demais municípios do Estado foi de 6.



EFETIVO TOTAL DA
GUARDA MUNICIPAL

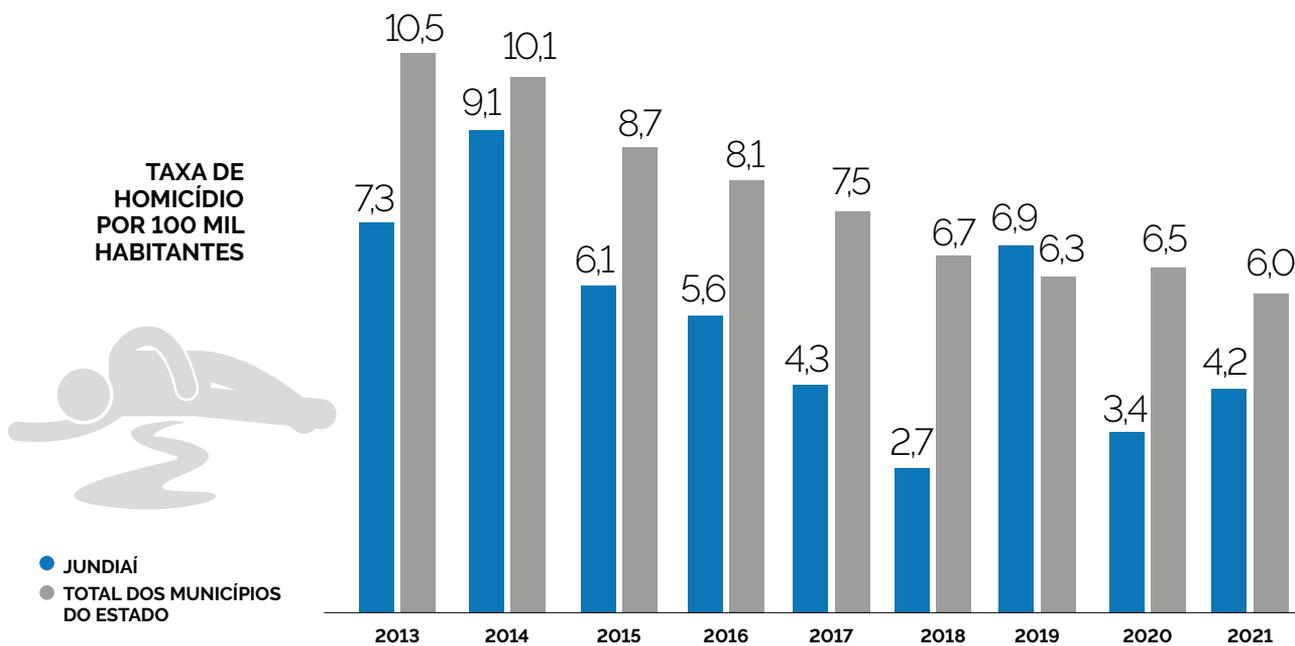


VIATURAS



CÂMERAS DE
VIDEOMONITORAMENTO

13.772
TOTAL DE
ATENDIMENTOS



CONSERVAÇÃO URBANA

A conservação urbana do município consumiu **R\$ 205 milhões**, em 2021. Com esse montante, foram financiados os investimentos em pavimentação, mobilidade e trânsito, sistemas de drenagem, iluminação pública, construção de pontes e viadutos, parques e praças, além de serviços de manutenção de encostas, limpeza de rios e córregos, entre outros.

Na gestão ambiental, foram aplicados mais **R\$ 186 milhões**, no mesmo ano. A principal despesa nesta área, correspondendo a mais de 80%, são os serviços de limpeza pública, que se constituem na coleta, transporte e transferência do lixo orgânico e reciclável, manejo e reciclagem dos resíduos sólidos, varrição de ruas e áreas públicas e limpeza de caixas boca

de lobo. Destaca-se que 100% dos resíduos da construção civil são reciclados e reaproveitados em obras públicas no município. Completam a soma os custos com a manutenção de praças, parques e jardins e os programas da Plataforma de Desenvolvimento Sustentável, tais como Meio Ambiente Protegido, Cidade Limpa e Mobilidade Eficiente.

Os investimentos na infraestrutura do município, a zeladoria da cidade, sua limpeza e seu meio ambiente utilizaram, juntos, 15% do total da despesa de Jundiá, em 2021. São tarefas exercidas pelas Unidades de Gestão de Infraestrutura e Serviços Públicos (UGISP), de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UGPUMA) e de Mobilidade e Transporte (UGMT) e a Fundação Serra do Japi.



ESPORTE, LAZER E CULTURA

Em 2021, Jundiá destinou **R\$ 51,5 milhões** para as atividades de esporte lazer e cultura, valor 6,7% abaixo do registrado em 2020 e que

correspondeu a 2% do total da despesa municipal. Essa redução é reflexo da crise sanitária iniciada em 2020, quando foram adotadas as

medidas necessárias de distanciamento social. Desde então, até meados de 2021, a Prefeitura adaptou as atividades de esporte, lazer e cultura para essa contingência, realizando diversos programas na modalidade on-line que foram acessadas por milhares de pessoas, beneficiando-as no âmbito da saúde mental e física naqueles momentos difíceis de isolamento. Por serem mais econômicas que as presenciais, as atividades remotas são menos dispendiosas.

Na área do esporte e do lazer, destacaram-se os programas "Comorbidades e Atividade Física" e "Voa Pé" e eventos como o Dia Mundial do Lazer e o Dia do Desafio, voltados para adultos e crianças. Tais atividades geraram mais de 716 mil atendimentos presenciais no ano, além dos 7.600 nas aulas on-line em 2021. Os eventos esportivos realizados na cidade alcançaram 21.316 pessoas.

O município dispõe de mais de 370 mil m² de áreas para a prática de esporte. São 20 Complexos Educacionais, Culturais e Esportivos (Ceces), com dez ginásios poliesportivos e outras quatro quadras cobertas, 16 quadras poliesportivas ao ar livre, 15 campos de futebol, seis minicampos e society, campos de areia, 13 salas especiais de ginástica e outros espaços como salas de musculação e pistas de caminhada, além de pista de atletismo, pista de skate, bicicross, BMX e um complexo aquático com arquibancada coberta para 400 pessoas.

Na área da cultura, o município mantém quatro corpos artísticos: a Cia. de Teatro, a Cia. de Dança, o Coral Municipal e a Orquestra Municipal. E conta com a Pinacoteca, o Museu e Jardim Solar do Barão e o Teatro Polytheama. A Pinacoteca obteve o maior público de toda a sua história em 2021, feito alcançado durante o período em que foi palco da Exposição Chico Bento 60 Primaveras.

No mesmo ano, a cultura realizou eventos com transmissão ao vivo e, às vezes, também na modalidade presencial, como Mês do Patrimônio, Festa

Literária (FLIJ), Encontro de Corais, Enredança, 5º Festival de Teatro de Jundiá e Lives Especiais da Mulher. Foi aberto mais de R\$ 1.1 milhão em editais emergenciais para a seleção de propostas artísticas e foram investidos mais de R\$ 3 milhões em cerca de 1.500 projetos artísticos.

Aconteceu, ainda, a inauguração da Fábrica das Infâncias Japy, voltada à experimentação artística, formativa, criativa e reflexiva sobre as brincadeiras e a infância. Outro destaque é o Pé de Infância, onde novos espaços da cidade receberam intervenções artísticas de pintura da campanha pelos cuidados para com o desenvolvimento infantil.



Jundiaí foi a primeira cidade brasileira a integrar a Rede Latino-Americana – Projeto Cidade das Crianças. O município tem um comitê formado por 28 crianças de todas as regiões da cidade que

participam de reuniões mensais nas quais discutem e propõem ações voltadas às políticas da primeira infância na cidade. Jundiaí está na fase final da elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância.

CÂMARA MUNICIPAL

As Câmaras Municipais são mantidas com recursos repassados pelas prefeituras. Em 2021, a Câmara de Jundiaí utilizou **R\$ 31,6 milhões** para

o exercício da atividade parlamentar. O valor representou 1,2% da despesa total do município. Ao todo, a cidade conta com 19 vereadores.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Prefeitura de Jundiaí, que compreendem as despesas em infraestrutura, obras, aquisição de máquinas e equipamentos, somaram **R\$ 100,2 milhões**, em 2021. Com o 26º maior valor entre as cidades paulistas em 2021, os investimentos de Jundiaí representaram 4% da despesa total do município.

Dos projetos concluídos em 2021, os que mais demandaram recursos municipais foram as obras de pavimentação e drenagem em diversos bairros, a entrega da Emeb Joaquim Candelário de Freitas, sendo a maior unidade do Programa Escola Inovadora do município, as obras de extensão das redes de esgoto, a construção e recuperação de reservatórios de águas no Jardim Carlos

Gomes e no Distrito Industrial, a construção de uma estação pressurizadora de água tratada no Reservatório Castelo, no bairro Anhangabaú, e o remanejamento de adutoras e redes de abastecimento na Rodovia João Cereser.

Vale lembrar ainda a construção e reformas de escolas e quadras, melhorias nos Centros Esportivos, a entrega da nova Casa de Passagem para pessoas em situação de rua, a reforma no Cras Tamoio, obras de contenção e recuperação das margens do Rio Jundiaí, a revitalização de bosques e praças, ampliações ou reformas em várias unidades de Saúde como as novas UBS's Retiro, Comercial, Corrupira, Agapeama e São Camilo, entre outros investimentos.





**PROGRAMA PÉ DE INFÂNCIA
NA UBS SÃO CAMILO**



UBS SÃO CAMILO



UBS CORRUIPIRA



UBS E PA RETIRO



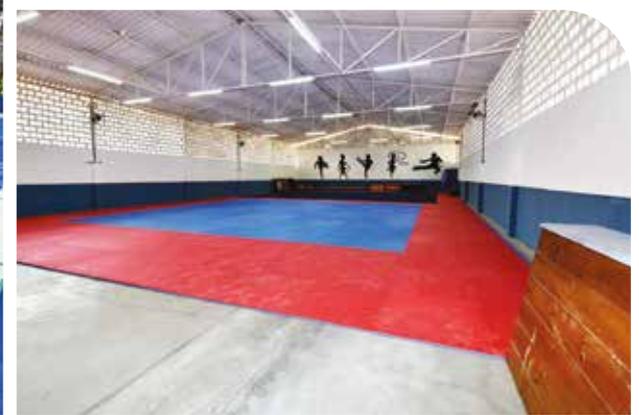
UBS AGAPEAMA



NOVA CASA DE PASSAGEM



**REVITALIZAÇÃO DO CECE
ROMÃO DE SOUZA**



**CONTENÇÃO E RECUPERAÇÃO
DAS MARGENS DO RIO JUNDIAÍ**



**ASFALTO NOVO NA
AV. FREDERICO OZANAN**



**CENTRO ESPORTIVO
VILA COMERCIAL**



PESSOAL

A despesa com pessoal, que engloba os dispêndios com salários e encargos sociais dos servidores de todas as áreas da administração municipal, foi de **R\$ 945,6 milhões** em 2021, valor 3% maior do que o do ano anterior.

Vale notar que a Lei Federal 173/2020, que concedeu os auxílios financeiros a estados e municípios para o enfrentamento da pandemia, exigiu, como contrapartida, o congelamento dos salários dos servidores públicos de 27 de maio de 2020 até o final de 2021.

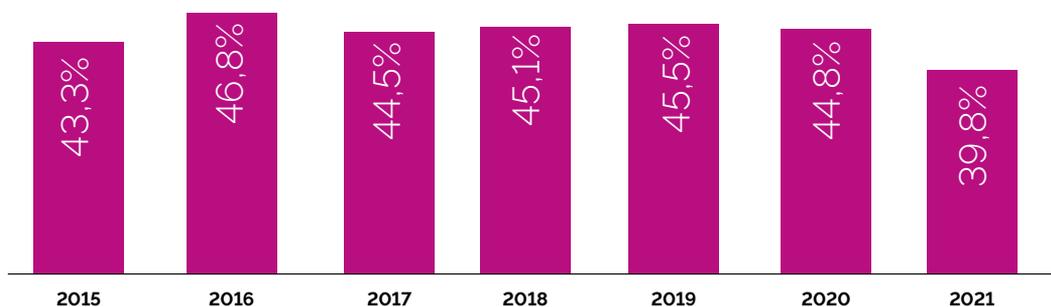
O dispêndio com pessoal dos entes públicos deve obedecer a limites máximos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei 101/2000), sob pena de os governos sofrerem sanções como deixar de receber transferências voluntárias da União e não obter garantias de outro ente para a contratação de operações de crédito. A LRF, em seu artigo 20, define que a despesa líquida de pessoal do Poder Executivo dos municípios não deve ultrapassar 54% da sua receita corrente líquida. Jundiáí tem se mantido dentro do teto estabelecido. Em 2021, seu indicador foi de 39,8%, o mais baixo dos últimos seis anos.



7.539
TOTAL DE
PROFISSIONAIS



INDICADOR DO GASTO COM PESSOAL CONFORME A LRF



DÍVIDA CONSOLIDADA

Os municípios podem fazer empréstimos para financiarem diversos projetos de investimentos cujo montante não caberia no orçamento de apenas um ano. Desta forma, o município toma um financiamento com uma ou mais instituições financeiras nacionais ou internacionais. Os recursos que chegam por este meio são as receitas de operações de crédito. Os pagamentos relativos às parcelas devidas, são as despesas com os juros, encargos e as amortizações do montante contratado. O total de recursos financiados torna-se uma dívida da prefeitura para com os bancos que realizaram os empréstimos. Cabe frisar que as operações de crédito contratadas recentemente atendem a uma grande demanda reprimida da população por serviços nas áreas de saúde, educação, esportes e infraestrutura. São investimentos cujos benefícios financeiros são de difícil mensuração, mas possuem um elevado alcance social que certamente supera os encargos das operações.

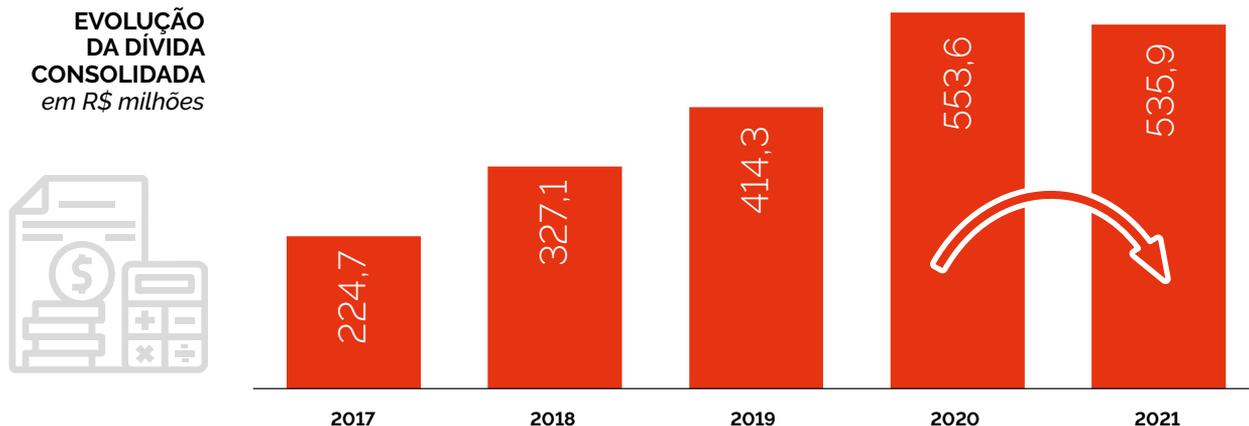
A dívida de uma prefeitura também é formada por pagamentos que são determinados pelo Poder Judiciário, como é o caso dos precatórios, ou por obrigações que deixaram de ser cumpridas, como os repasses de contribuições para a previdência própria do município ou para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O montante total da dívida de um ente público, somando-se o relativo a empréstimos que foram

direcionados para obras e serviços, as dívidas previdenciárias e os precatórios é chamada de dívida consolidada ou dívida fundada ou de longo prazo.

Em 2021, Jundiáí dispendeu R\$ 59,3 milhões com o pagamento de juros e amortizações da dívida, referente à sua dívida fundada, valor 43% maior do que o registrado no ano anterior. Esse forte aumento ocorreu porque os gastos com serviços da dívida foram menores em 2020, em razão da Lei nº 173, editada pelo Governo Federal, que permitia, entre outras medidas, que os estados e municípios suspendessem o pagamento de suas dívidas com a União em razão da pandemia. Em 2021 os pagamentos retornaram à normalidade e os valores não pagos referentes a 2020 foram incorporados ao saldo devedor a partir de janeiro de 2022.

Ao final do exercício, o município de Jundiáí detinha uma dívida consolidada de **R\$ 535,9 milhões**. Quarenta por cento desta dívida refere-se a financiamentos tomados desde 2007 e destinados a investimentos em infraestrutura como saneamento, pavimentação e obras viárias. Outros 15% derivam de um empréstimo do Instituto de Previdência do Município de Jundiáí (Iprejun) assumido em 1996. O restante, 44%, é a dívida previdenciária renegociada em 1996, 2017 e 2018. Ainda há uma dívida de precatório que corresponde a 0,4% do total da dívida consolidada.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA
em R\$ milhões



Existem três limites legais para a dívida pública e suas despesas:

1 • Limite para o montante da dívida consolidada líquida: a Resolução nº 40/2001 do Senado Federal estabelece que o montante da dívida consolidada líquida dos municípios, ou seja, descontada a disponibilidade de caixa, não pode ultrapassar 120% da receita corrente líquida. Nesse quesito, o indicador de Jundiá foi de **0,08%**, em 2021, o que mantém o município numa posição confortável em relação aos parâmetros legais. De acordo com a legislação, a partir de 2021 esse percentual não deve incluir a dívida do Iprejun.

2 • Limite anual para a contratação de operações de crédito: a Resolução nº 43/2001 do Senado Federal define que "o montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá ser superior a 16% da receita corrente líquida". Jundiá ficou bem abaixo do limite máximo, com **1,12%** em 2021.

3 • Limite para o desembolso anual com juros, encargos e amortizações da dívida: esse limite é de, no máximo, 11,5% da receita corrente líquida, conforme a Resolução nº 43/2001 do Senado Federal. Em 2021, o indicador de Jundiá foi de **2,50%**, o que aponta para uma situação confortável para o município.



FINANCIAMENTOS INTERNOS

Tipo	Data inicial	Saldo em 31 de dez 2021 em R\$ milhões	Participação no total
Empréstimo Iprejun	nov/1996	80,9	15,1%
Saneamento para Todos - Caixa	jun/2007	12,5	2,3%
PMAT 3 - BNDES	set/2016	20,6	3,8%
Pró-transporte 2 - Caixa	dez/2016	7,2	1,4%
Via SP - Desenvolve SP	jun/2018	10,8	2,0%
Finisa I - Caixa	dez/2018	9,9	1,8%
Finisa II - Caixa	jun/2019	9,1	1,7%
Finisa III - Caixa	jun/2019	144,5	27,0%
Subtotal		295,5	55,1%

PARCELAMENTOS DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Tipo	Data inicial	Saldo em 31 de dez 2021 em R\$ milhões	Participação no total
Iprejun - Lei nº 5.573/2000	nov/1996	37,7	7,0%
Receita Federal - Lei nº 8.894/2017	dez/2017	0,8	0,2%
Iprejun - Lei nº 8.893/2017 (Acordos 107 e 108)	jan/2018	139,3	26,0%
Iprejun - Lei nº 9.459/2020 (Acordo 536)	nov/2020	60,5	11,3%
Subtotal		238,3	44,5%

PRECATÓRIOS

Tipo	Data inicial	Saldo em 31 de dez 2021 em R\$ milhões	Participação no total
Precatórios	2021	2,1	0,4%

Total da dívida consolidada

535,9

100,0%

Fonte: Portal da Transparência/Financeiro/Orçamentos e Contas/Dívida Consolidada: <https://transparencia.jundiá.sp.gov.br/financeiro/orcamentos-e-contas/divida-consolidada/#barra-superior>

JUNDIAÍ

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E QUALIDADE DE VIDA

Jundiaí é a **7ª maior economia** do Estado de São Paulo, com PIB de R\$ 46,95 bilhões. Seu PIB per capita é de R\$ 112.068,21, o triplo da média dos municípios paulistas, de R\$ 34.381,25.¹

Em 2020, havia **10.130 estabelecimentos** comerciais, industriais e de serviços localizados no município, que abriram 165.266 vagas de trabalho, fazendo de Jundiaí o **11º maior gerador de empregos do Estado**.²

Em 2021, Jundiaí possuía **426.935 habitantes**, sendo o **15º município mais populoso** do Estado.³

Com **saneamento universalizado** (99,07% da população atendida com rede de água e 98,23% com rede de esgoto, de acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento/Snis), o município é destaque na **segurança hídrica** no **tratamento de esgoto** – que contribuiu para a despoluição do rio Jundiaí – e na **proteção dos mananciais de abastecimento**.⁴ A coleta de lixo, por sua vez, cobre 99,9% da população.⁵

Pelo segundo ano consecutivo, em 2021, Jundiaí ficou entre as **10 cidades mais inteligentes** e conectadas do país (8º lugar no Brasil e 4º lugar no Estado de São Paulo), entre os municípios⁶ com população de 100 mil a 500 mil habitantes no ranking *Connected Smart Cities*.

Em 2021, Jundiaí **subiu sua nota no rating da Austin Rating brAA positiva**, o que atesta a sua forte capacidade para honrar seus compromissos fiscais e financeiros de acordo com a agência de classificação de risco.⁷

Os investimentos realizados pelo município somaram **R\$ 100,2 milhões** em 2021, o 26º maior entre as 645 cidades paulistas.⁸

1º lugar no ranking "As Melhores Cidades do Brasil - 2022", na categoria Padrão de Vida, segundo pesquisa da Austing Rating em parceria com a Editora Três e a revista IstoÉ.⁹

2º lugar no Brasil no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR), uma iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), no âmbito do Programa Cidades Sustentáveis (PCS). A pontuação de Jundiaí foi de 65,44 no cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)¹⁰.

Jundiaí ficou em **1º lugar** entre as maiores cidades paulistas na 1ª edição do Índice de Retorno do Tributo Municipal (IRTM) realizado pela consultoria Assertif em 2021, cujo objetivo é mensurar a qualidade de vida dos cidadãos em relação aos tributos pagos. O ranking, que inclui as **100 maiores cidades** do país, confere notas de 0 a 100. Jundiaí, com 71, ficou à frente de todas as capitais brasileiras.¹¹

¹ PIB de 2019 a preços correntes divulgados pelo IBGE.

² Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego – Rais.

³ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

⁴ <https://daejundiai.com.br/a-empresa/referencia-em-saneamento/>.

⁵ Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

⁶ Fonte: https://ranking.connectedsmartcities.com.br/?_ga.

⁷ Fonte: <https://transparencia.jundiai.sp.gov.br/financeiro/avaliacao-de-risco/>

⁸ Elaborado por Aequis Consultoria com base nos dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

⁹ Fonte: <https://vttecjundiai.com.br/news/2022/06/29/jundiai-e-destaque-em-ranking-das-melhores-cidades-do-brasil-da-revista-istoe/>

¹⁰ Fonte: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/rankings>. As cidades estão classificadas pela pontuação geral, que mede o progresso total para o cumprimento de todos os 17 ODS.

¹¹ Elaborado por Assertif: retornometro.com.br

EMPREGABILIDADE

Um dos objetivos do Programa Jundiaí Empreendedora é aumentar a empregabilidade do cidadão, ampliando as oportunidades no mercado de trabalho ou desenvolvendo seu próprio projeto, aprimorando a capacidade técnica e o conhecimento.

Jundiaí promove e fortalece a empregabilidade por meio de projetos geridos pela própria administração direta, pela FTVTEC e pelo Fundo Social de Solidariedade.

Portal de Negócios

<https://negocios.jundiai.sp.gov.br/>



No Portal de Negócios, há uma área dedicada a quem busca emprego ou qualificação, a quem deseja dar entrada no Seguro-Desemprego e aos empresários que querem divulgar as vagas de suas empresas. Veja no site:

- Calendários de cursos e treinamentos
- Vagas disponibilizadas pelas empresas
- Dicas para se preparar para entrevistas e elaborar currículos
- Como acessar o Seguro-Desemprego

Escola de Inovação, Coisas e Negócios

<https://tvtecjundiai.com.br/escola-de-inovacao/>



A FTVTEC, por meio da Escola de Inovação, Coisas e Negócios, oferece cursos gratuitos realizados ao vivo ou on-line. São diversos cursos rápidos e mentorias para pessoas com 16 anos ou mais, nos eixos de audiovisual, mídias sociais, empreendedorismo e economia criativa.

Fundo Social de Solidariedade • Funss

<https://fundosocial.jundiai.sp.gov.br/cursos/>



O Funss já tem tradição na realização de cursos e oficinas presenciais e descentralizados para alcançar os bairros mais distantes do centro da cidade. São cursos profissionalizantes desenvolvidos em parceria com instituições de ensino renomadas e empresas privadas.